

CONTINUIDADES E ROMPIMENTOS NA CULTURA RURAL/URBANA: A FORMAÇÃO NA ESCOLA RURAL

BARROS¹, Aragoneide Martins; ARAÚJO², Rosemary Negreiros de; RIBEIRO³ Liliane Alves de Sousa;
Comunicação
Educação, Trabalho e Movimentos Sociais

1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste artigo é apresentar os resultados da primeira parte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo é estudar a relação entre professores urbanos e alunos de escolas rurais no Município de Miracema do Tocantins, bem como, o papel do Estado e as políticas públicas voltadas para esta população.

Nesta primeira etapa da pesquisa fizemos um estudo bibliográfico a partir dos autores Arroyo (2000), Brandão (2004), Caldart (2000), Laraia (2003), Arantes (2004), Chauí (1995), Molina (2004) para entender o que é cultura, educação e escola rural e ainda uma pesquisa de campo com professores, alunos e integrantes da comunidade onde a escola está situada respondendo a questões de uma entrevista semi-estruturada.

2 METODOLOGIA

No texto, *Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo*, Arroyo (2007) aborda a questão da educação no campo, reconhecendo os direitos dos diversos povos do campo a uma educação de qualidade e a urgência do Estado em assumir políticas públicas que garantam esses direitos.

Nas políticas e nos ordenamentos públicos legais, a palavra adaptação, institui o campo como o outro lugar, e os povos que ali moram, como os outros cidadãos. Isto é preocupante, pois a escola do meio rural também é vista dessa maneira, ou seja, como uma extensão, um quintal da cidade. Conseqüentemente, o campo nos dias atuais, vem sendo atendido por diversos profissionais urbanos em diversas áreas básicas, tais como: o médico, o enfermeiro, o professor, sem nenhum

¹ neidemartins85@hotmail.com, discente da UFT/Campus de Miracema – Curso de Pedagogia Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural – EDURURAL.

² rosearaujo@uft.edu.br, Docente da UFT/Campus de Miracema – Curso de Pedagogia Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural – EDURURAL.

³ lili.alves10@hotmail.com, Docente da UFT/Campus de Miracema – Curso de Pedagogia Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural – EDURURAL.

vínculo ou percepção das especificidades deste universo cultural.

Nesse sentido, neste texto, estamos trazendo os resultados das leituras que realizamos durante o primeiro semestre de 2010 e os dados de uma pesquisa de campo, realizada de forma experimental com alunos, professores, pais de alunos e integrantes da comunidade. Esses dados foram coletados com uso de entrevista semi-estruturada e gravados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Poucas vezes paramos para pensar no contraste, no perfil, na adaptação e na socialização, nos rompimentos e ou continuidades presentes nas experiências do profissional da educação que mora na zona urbana e trabalha com crianças da zona rural, em escolas rurais. Percebemos que para falarmos e compreendermos melhor esse processo vivido por profissionais urbanos atuando em escolas da zona rural, primeiramente é necessário explicitar o que se entende por educação e sua relação com a cultura, a partir das falas de alguns autores.

No Dicionário Brasiliense de Educação, a educação é definida, se é que possamos definir o que é educação, do seguinte modo: “Desenvolvimento das faculdades do ser humano. Desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma função pelo próprio exercício. Ensino. Civilidade”. (2000, p.221).

O dicionário Michaelis de língua portuguesa apresenta educação como sendo um

Processo contínuo de integração à sociedade e reconstrução de experiências, as questões condicionadas todos os indivíduos, por todo o decurso de suas vidas, seja mediante a própria vivência difusa de situação do cotidiano, seja mediante a participação compulsória ou voluntária em instituições responsáveis pela transmissão de herança social. (1986, p.58).

Segundo Brandão, quando nos referimos à educação, a cultura já vem associada, visto que a educação está inteiramente ligada à cultura, pessoas, tribos, religiões, dentre outros. “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura em sociedade.” (2004. p. 10).

Arantes (2004, p. 26) apresenta uma compreensão de cultura como sendo “a observação direta de indivíduos se comportando em face de outros indivíduos e em relação à natureza”. Todas as nossas ações sejam na esfera do trabalho, da produção econômica ou artística, da sexualidade, da religiosidade, das formas de dominação e solidariedade, tudo nas sociedades são as convenções simbólicas a que denominamos cultura.

Para o antropólogo Laraia (2003, p. 29), cultura:

É tudo o que resulta do cultivo que o ser humano faz das condições da vida que a natureza lhe oferece ou a partir dessas condições; de maneira tal que, a certa altura, em cima do mundo da natureza, ou melhor, penetrando profundamente nele e fazendo com ele uma unidade única distinguível, mas inseparável, torna-se evidente o mundo produzido

(cultivado) pelo ser humano.

A professora Marilena Chauí (1995, p. 288 – 296) pensando esta questão informa que o conceito de cultura assumiu ao longo da história, pelos menos dois significados:

1 Originado do verbo latino *colore* significa cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Significa o cuidado do homem com a natureza e traz o sentido de formação. Aqui já aparece a idéia de cultura como aprimoramento da natureza humana pela educação em sentido amplo como formação não só pela alfabetização, mas também pela iniciação á vida da coletividade através dos diferentes saberes e práticas sociais realizadas.

2 A partir do século XVIII, cultura passa a significar os resultados daquela formação ou educação dos seres humanos (esses resultados apareciam em outros feitos, ações e instituições: artes, filosofia, as ciências, os ofícios, a religião e o estado). No entanto, muitos pensadores julgam que os resultados dessa formação/educação aparecem com maior clareza na vida social e política.

Observamos que estas duas concepções nos conduzem para o interior do objeto principal de nossas preocupações atuais: as relações existentes entre educação e cultura de tal modo que ambas transformam-se em processos que dão origem ao que denominamos formação humana, a partir inclusive do trabalho da instituição escolar. E aí seria bom questionar se os educadores na atualidade estão conseguindo perceber que não é possível a existência de educação separada das diferentes culturas produzidas entre nós.

Compreendemos, portanto, que educação é uma prática social cuja origem e destino é a sociedade e a cultura e é falso imaginar uma educação que não parte da vida real: da vida tal como existe e do homem tal como ele é. Assim é necessário que nos interroguemos todos os dias sobre o conteúdo, a forma e as finalidades da educação que pensamos e praticamos no interior de nossas escolas.

As culturas são particularidades de cada grupo, que atribuem significados específicos para crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais, ou seja, são práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço e no tempo. Todavia, a cultura do meio rural exige uma organização de ensino e escola diferenciada. Em razão disso as maneiras de ensinar de seus professores e de aprender de seus alunos, merecem ser pesquisadas, pois se trata de “um terreno potencialmente fecundo para a emergência de práticas educativas que ajudem a repensar criticamente a formação escolar” (Canário, 2000, p. 121).

Tratando-se da forma como é realizada a educação mediante a sociedade, sabe-se que a mesma é garantida por lei, contudo sendo constantemente perseguida pelos nossos legisladores. A lei

institui que todos têm direito a uma educação de qualidade, e esta educação constitui dever de todos, da união, dos estados, do distrito federal, dos territórios, dos municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que investirão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la.

Neste contexto, o que pensar da educação que se realiza no contexto rural, no sertão? Como é realizado o processo de ensino-aprendizagem desses alunos mediatizados pela cultura dos educadores da zona urbana? Como ocorre a socialização professor-aluno e vice-versa? Pois, conforme Rosa aponta, “o sertão é do tamanho do mundo” (1967, p. 59).

A educação pública no Brasil, independentemente da esfera responsável, passa por dificuldades, seja a da zona urbana ou zona rural. Qual é o efeito disso quando associamos a distancia que o professor tem que percorrer até a escola? As más qualidades do estabelecimento escolar na zona rural e as condições de trabalho do professor nestas escolas, que muitas vezes são um arremedo de escola?

É consenso entre educadores, pesquisadores, pais, alunos e setores responsáveis pela gestão da educação, movimentos sociais, de que a educação destinada aos camponeses deve estar articulada aos interesses e aos distintos modos de construir e reconstruir a vida a partir do mundo rural (e isso também é válido para a educação urbana). No entanto o que temos visto é uma escola urbana, pensada a partir da lógica da cidade exatamente para cumprir finalidades estranhas aos interesses dos trabalhadores rurais e de seus filhos.

Temos falado de uma educação e de um homem genérico e esta perspectiva não contribui adequadamente com um projeto de educação e de escola articulados aos modos de existir das populações rurais, na medida em que tem como foco central apenas uma leitura econômica do mundo e em particular da educação e da escola rural no contexto do mundo rural.

Continua atual o debate que enfatiza o desaparecimento do rural nas sociedades contemporâneas globalizadas, embora seja necessário esclarecer de qual rural estamos falando. Lanni (2004) discutindo o mundo agrário destaca a crescente transformação das condições de vida e trabalho no mundo rural. Para ele, os padrões e valores e o modo de vida urbano são estendidos ao campo, que se transformou, pois se encontra industrializado em função da “tecnificação, maquinização e quimificação” presentes nos processos de trabalho e produção nos diversos espaços e relações sociais do mundo rural.

É este mesmo autor que afirma:

É claro que o mundo agrário continua a existir, estar presente e até mesmo revela-se indispensável, mas diverso, transformado, transfigurado. Às vezes é ainda muito real, evidente e presente, mas localizado e circunscrito, pesando pouco no jogo das forças sociais decisivas nas configurações e nos movimentos da sociedade como um todo, em âmbito nacional e em escala global. (...) É verdade que subsiste e desenvolve-se a pequena produção. O pequeno proprietário sobrevive e até mesmo se afirma. A pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida sócio econômica no mundo agrário (IANNI, 2004, p. 37-39).

Daí a importância de se pensar a educação e a escola rurais mediada pelas relações construídas e reconstruídas pelos homens que vivem no/do meio rural no contexto de uma sociedade que vem passando por profundas transformações não somente no campo econômico, mas também no universo da construção do simbólico (a cultura, a religiosidade) e é fundamental entender essas transformações e como o campo da educação pode se articular e melhor intervir na construção de outro projeto educativo para a educação e as escolas rurais e conseqüentemente com as populações rurais. A formação docente pode ser um elemento importante neste processo.

É nesta perspectiva que acreditamos ser possível a articulação entre uma proposta de educação escolar da escola rural que atenda aos interesses da população rural. Nesta direção, Damasceno e Therrien (1993), apontam que é fundamental buscar uma adequada integração entre o saber sistematizado pela instância escolar e os diferentes saberes historicamente elaborado pelos trabalhadores, nas suas práticas produtivas, políticas e culturais, podendo ser inclusive um caminho fecundo para a união trabalho-escola-trabalho dos trabalhadores rurais.

Martins (2005), diz que não somente o ensino rural, mas também o urbano deveria ser “mais flexível e culturalmente adaptado” e conclui dizendo que ainda “prevalece entre nós uma concepção de que o educador não precisa ser educado”. Isto é particularmente importante no caso dos processos formativos das escolas rurais que temos.

Até 1930 o Brasil era um país agrário, mas já apontando uma tendência de a cidade subjugar o campo e no interior deste processo, o meio rural vai sendo usado como instrumento do estado para incrementar modelos de agricultura e de educação rural convenientes para a dominação dos trabalhadores.

Do ponto de vista educacional, os sujeitos do meio rural tinham pouco acesso à educação formal, cabendo-lhes apenas assumir a condição de aprendizes de agricultor, numa sociedade que optou por um modelo de produção agrícola, fundado na lógica capitalista, que não valoriza os interesses da classe trabalhadora e que a expropria do seu principal instrumento de trabalho: a terra, retirando destes o eixo central da constituição de sua identidade enquanto trabalhador rural, anunciando por outro lado, o próprio fim do mundo rural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 28 define que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente” em relação aos seguintes itens:

- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Na realidade educacional do Estado do Tocantins e da escola objeto deste estudo, estes

princípios não somente são desrespeitados no processo de organização da educação e da escola rural, mas são ilustres desconhecidos dos envolvidos e interessados neste processo. E o que fazemos? Descumprimos a lei e ofertamos aos sujeitos do mundo rural uma educação de segunda categoria, na medida em que, quase sempre reproduzida em piores condições do que a que é ofertada nas escolas urbanas.

Segundo Arroyo et al (2004) a educação do campo deveria estar comprometida com princípios que fortalecessem qualitativamente a formação do povo.

Estamos entendendo por escola do campo aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (Arroyo, et al, 2004, p. 53).

Os desafios são maiores do que imaginamos, e este modo de praticar a educação rural, revela exatamente o modo como concebemos as pessoas que ali vivem, trabalha, e assim como nós, produzem e reproduzem educação e cultura.

Apontamos anteriormente que cultura não se separa da vida, ora, se isto é verdadeiro significa dizer que no caso do trabalhador rural o seu jeito de plantar, as ferramentas que utiliza e os hábitos alimentares, as formas de se vestir, os tipos de músicas que produz e reproduz, são elementos fundamentais para se levar em conta num processo de educação, da mesma forma como consideramos importantes estes mesmos processos para a realidade educacional urbana.

Temos observado que a escola e as práticas docentes silenciam a diversidade cultural existente nas comunidades, sejam elas urbanas ou rurais, nestas de forma mais problemática na medida em que não há diálogo entre a cultura urbana dos integrantes da escola (professores, funcionários) e a comunidade a que pertencem os alunos.

Um exemplo claro desta situação é reproduzido todos os anos: são as festas juninas. Todos os integrantes das escolas, muitas vezes inclusive os pais das crianças, se envolvem na organização e treinam as crianças para dançarem a quadrilha e como é de praxe, com roupas típicas, remendadas, velhos chapéus de palha, botinas velhas surradas pelo tempo de uso e pelo esforço de trabalho de quem a usou na lida do dia a dia.

O que não fazemos, neste contexto, é uma reflexão sobre o que a quadrilha anuncia e denuncia sobre nós mesmos. Por exemplo: quando foi que discutimos com as crianças a cultura do homem do campo, suas dificuldades e suas alegrias? Alguém por acaso já participou de uma festa de trabalhadores rurais e os mesmos estavam vestidos da forma como nós na cidade os representamos nas nossas quadrilhas todos os anos? Qual a imagem que vai sendo construída pelas gerações que estão sendo formadas (portanto, educação e cultura) quando apresentamos a elas esse

tipo caricatural de pessoas que vivem ao nosso lado?

No conjunto reproduzimos uma cultura que desvaloriza o modo de vida de boa parte dos brasileiros e com um complicador, o professor e a escola urbana, neste caso leva esta festa para a escola rural, como expressa Knijnik (1996, p. 142):

As crianças rurais são obrigadas a incorporarem a cultura urbana em seu meio, enquanto as crianças urbanas desconhecem o real modo de vida do meio rural, a não ser de uma forma vulgarizada em festas, danças, piadinhas. *Fazendo com que* a escola rural seja uma escola que estando lá, está fora dali (grifo nosso).

Precisamos compreender que a lógica de funcionamento do mundo urbano, capitalista e expropriador, não domina somente as questões de ordem econômica, das relações de produção, que dizem respeito ao desenvolvimento do camponês e do seu sistema produtivo numa determinada região. Esta mesma lógica se apropria também da educação, das escolas rurais e do seu modo de funcionamento de tal modo que estas e seus trabalhadores não desenvolvam seu trabalho com olhar crítico acerca dessa realidade. Daí ser possível, para alguns segmentos, inclusive defender o fim da existência não somente do rural, mas também da escola para os camponeses.

Esse contexto acima apresentado retrata a desvalorização e o abandono a que está submetido o campo e conseqüentemente isto está associado também às escolas da zona rural. Em meio a tantos problemas, observamos que há professores que conhecendo as duas realidades (a do campo e da cidade), tem competência para diferenciar que não são os alunos ou o ensino realizado no campo que é ruim, mas as condições de trabalho para que esse aprendizado ocorra de forma satisfatória.

A seguir apresentaremos alguns dados oriundos da pesquisa de campo realizada com os sujeitos da pesquisa: professores, pais e integrantes da comunidade. São informações preliminares e que ainda carecem de análise e aprofundamento, mas compreendemos que são úteis nesta fase inicial dos trabalhos.

Solicitamos a dois docentes da escola que explicitassem quais as diferenças entre o ensino da escola rural e o ensino da escola urbana? As respostas foram as seguintes (os nomes são fictícios):

A grade curricular é a mesma, o que se ensina na cidade se ensina na zona rural, não tem diferença, só que na zona rural eles trabalham conteúdos que vão servir na vida do aluno na zona rural, como também trabalham conteúdos que vão servir na vida urbana (...)
(Professora Joana – Depoimento colhido em junho de 2010).

Percebe – se na fala da entrevistada, que ela acredita ser benéfico para a população rural a grade curricular da escola rural ser a mesma das escolas urbanas e, declarando ainda que os professores conseguem trabalhar de uma maneira que contempla a vida do aluno independente dele

se encontrar no campo ou na cidade.

Vimos anteriormente que a própria legislação brasileira que regula a educação nacional (LDB em seu artigo 28) trás a concepção de que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”. O que significa que a própria legislação avança no sentido de entender que há diferenças e que, portanto, é necessário que haja adaptações. O segundo entrevistado falou assim sobre as diferenças entre o ensino da escola rural e o ensino da escola urbana.

Primeiro lá existe uma diferença, *o quantitativo de aluno*, a sala não é numerosa, são sala de poucos alunos, só que o aprendizado lá é um pouco mais lento até porque eles só tem aquelas 4 horas ali, poucos tem um acompanhamento a não ser aquelas 4 hora. Na cidade eles podem vim outro horário, com reforço de ensino uma coisa assim, lá não são só essas 4 horas ai e pronto e tem uns que desenvolve mais rápido e outros um pouco mais lento, então o professor tem que está adequando os conteúdos que está programado no livro didático, também trazendo para a realidade deles, né, tem que tá fazendo uma adaptação daquilo que ele conhece, trazendo o mesmo conteúdo, mas trazendo pra realidade deles. Numa situação problema em que está apresentando uma coisa desconhecida tem apenas que tá fazendo adaptação pro gênero do conhecido dele, por isso que eles conhecem o dia a dia deles, mesmo assim não deixa de tá trabalhando os conteúdos que tá contemplado no livro não, apenas o professor tem que tá fazendo adaptação desse trabalho passando pro aluno. (Professor Carvalho - Depoimento colhido em junho de 2010).

O segundo depoente apresenta algumas diferenças percebidas por ele em relação às duas realidades. A primeira é que o quantitativo de alunos, por sala, na escola rural é bem menor que de uma escola urbana, fato este que deveria beneficiar a qualidade do ensino – aprendizagem. Ele explicita ainda que existe uma dificuldade no aprendizado, pois os alunos só têm 4 horas de trabalho na escola e não contam com outro tipo de apoio para as atividades escolares em casa como reforço, devido a falta de transporte, fatores esses que tornam lento o aprendizado das crianças.

Solicitamos a um pai de aluno da escola e também morador do assentamento que explicitasse qual a importância da existência de uma escola naquele espaço? O mesmo respondeu da seguinte forma:

Há, pra mim foi ótimo, sabe por que, porque é muito difícil você, puxar aluno daqui pra cidade, porque a estrada é ruim né, agora que ta melhor um pouco, mas na época que nós chegou pra cá era muito ruim, e um colégio desse foi muito bom pra nós aliás pra todo mundo né(...)o pessoal ao redor todo vem pra cá né, foi um dinheiro muito bem empregado, soube dar valor em nós. (Raimundo – Pai de aluno - Depoimento colhido em junho de 2010).

Como é próprio do sertanejo simples e que muitas vezes desconhece as artimanhas da dominação política e econômica sobre sua classe, observamos que a resposta apresenta um misto de gratidão a quem construiu a escola, mas ao mesmo tempo aparece a idéia da importância e do valor que tem para a comunidade a existência de uma escola.

Outro aspecto importante e que deve ser ressaltado em sua fala é a clareza como aborda as dificuldades para fazer os filhos terem acesso à escola e anuncia uma lista de elementos (ausência de estrada, transporte) que dificultam o acesso a escola quando ela não existe nas comunidades. Compreendemos que para além da importância e do valor emprestado à escola pelos camponeses, a exemplo desse pai, é preciso que a comunidade escolar e extra-escolar pense sobre que escola está sendo oferecida aos trabalhadores e como articular essa escola com a vida pessoas.

Questionamos a outros integrantes da escola quais as vantagens e desvantagens em trabalhar na Escola Municipal Boanerges Moreira de Paula. As respostas foram as seguintes:

A parti do momento que nós começamos a trabalhar na estrutura nova, um prédio maior, uma sala bem mais ampla, então começamos a receber esses alunos dos assentamentos e das outras fazendas, que aquelas escolas multisseriadas foram acabando, foram fechando e a maioria foi lá pro Assentamento Brejinho, exatamente pela estrutura que é lá, bem maior e dar pra receber um número bem maior de alunos (...) Então, assim um dos problemas maiores lá é o transporte escolar, os carros quebram muito, os motorista faltam, assim no que eu acho que não tem nem como a gente colocar, isso atrapalha, atrapalha muito o andamento né, a questão do ensino-aprendizagem, outra dificuldade é a distancia né, são 30 km, nós temos recebido aluno como te falei de vários assentamentos, fazenda, então são crianças que andam muitos km, até chegar no ponto que o carro passa lá pegando, isso atrapalha, as crianças chegam cansadas, o sol é muito quente e tem ainda a questão da água, o Brejinho é uma terra seca (...) (Professora Joana - Depoimento colhido em junho de 2010).

Em sua fala a depoente traz na memória um momento ruim vivido pela escola, quando esta era um barracão de palha de côco babaçu improvisado como escola e compara a situação atual quando uma nova escola, com estrutura adequada foi construída e trouxe melhorias para a escola e a comunidade. Em sua fala, ela lembra que a construção da escola contribuiu para o fechamento de outras pequenas escolas isoladas (multisseriadas) na região e que por conta disso os alunos passaram a ser transportados para a escola do Assentamento Brejinho.

Esta mesma depoente aponta alguns pontos positivos em trabalhar na zona rural e nesta escola:

(...) um dos pontos positivo também de trabalhar na zona rural é a participação dos pais, pois eles participam bastante, quando se marca reunião, apesar de toda dificuldade do transporte, porque no dia que se faz reunião dos pais precisamos dispensar os alunos, porque o transporte não cabe, não dá pra colocar pai e aluno ao mesmo tempo e mesmo assim eles vêm, eles dão um jeito, eles vêm de moto, vem de bicicleta e acabam assim, que a reunião são todas sempre cheias, e eles tão sempre deixando assim na mão da gente (...) O que a gente decidir tá decidido, pode tá procurando eles, assim eles acabam respeitando nós, eu acho que é uma questão de respeito dos pais também não só os alunos. (Professora Joana - Depoimento colhido em junho de 2010).

O depoimento da professora nos mostra que ela acredita ser importante a participação dos pais no acompanhamento e desenvolvimento escolar, todavia a mesma ainda aponta como uma vantagem das escolas rurais o respeito dos alunos e dos pais para com eles. Contudo, percebe – se

falta de compreensão da própria professora acerca do que seja realmente uma participação ativa dos pais na formação dos filhos, pois a mesma alega que os pais confiam aos professores a total responsabilidade pela educação de seus filhos. Percebe-se ainda falta de compreensão por parte das famílias, moradores da zona rural, que acreditam ter uma participação positiva na vida escolar de seus filhos, mas na verdade o fundamental não entra no processo de discussão, que é exatamente o projeto pedagógico da escola articulado com os seus interesses enquanto camponeses e camponesas.

Observamos que essa visão de rural dócil está muito ligada à perspectiva tradicional do rural e sua estrutura é vista também como lugares personalizados e não individualizados. De certo modo também verificamos isto em nossos dados preliminares na escola objeto de estudo desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário revertermos este quadro, primeiramente temos que valorizar a escola do campo, no campo, a capela, o lugar, a terra, todos são componentes de identidade, são símbolos e espaços, características peculiares da cultura do mundo rural e deveriam ser parte integrante da formação das crianças nas escolas rurais e não somente uma lembrança folclórica.

Isto seria cultura de formação, entender que o território, a terra, o lugar, tem uma formação social, política, cultural, identitária dos povos do campo e que isto representa seu maior tesouro, na medida em que é deste universo que os camponeses retiram seus saberes sociais para a vida.

Os povos do campo, atualmente reivindicam políticas públicas junto aos governos e educadores formados exclusivamente para trabalhar em escolas do campo. Profissionais que tenham vínculo com o campo e que tenham uma socialização mais íntegra com o campo, e que realmente ensinem as crianças e adolescentes do campo primordialmente, a vida do campo, a vida do seu universo do qual vive. Claro, não deixando de lado a cultura de outros povos.

Para isto, este profissional na sua formação tem que conhecer a história do campo, a cultura, os modos de labuta com a terra, o universo do mundo do camponês, etc.

Há um conjunto de conhecimentos, de saberes do campo que já são trabalhados nos cursos de formação de professores organizados por vários movimentos sociais, bem como cursos de Pedagogia da terra pensados no contexto das lutas por educação de qualidade. São dimensões que já deveriam fazer parte das propostas formadoras do profissional que pretende trabalhar neste universo cultural com “educação do campo” em todos os cursos de licenciatura.

O investimento para despertar o interesse pela educação no campo, ajudará a afastar a visão de educação “insuficiente” no mundo rural. Entende-se que isto contribuirá para, diminuir o processo de adaptação de alunos rurais em escola urbanas. Pois, de certa forma são os professores

que precisam se adaptar, ao contexto do campo, ao aluno e a cultura.

Assim, os traços culturais, os costumes e os símbolos de identidade culturais, não se sujeitarão ao esquecimento e possivelmente, não se promoverá a invisibilização do aluno do mundo rural e de seu universo simbólico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARROYO, M.G.. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARROYO, M.G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, M.G. **Educação básica e movimento social do Campo**. In: ARROYO, M.G.;
- ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel G. **Escola, cidadania e participação no campo**. Em aberto. Brasília, INPE, 1982.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. **O trabalho do saber: cultura camponesa e escola rural**. Porto Alegre: sulina, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1940- **O que é Cultura/ Carlos Rodrigues Brandão**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos: 20).
- BRANDÃO, C. Rodrigues. **O trabalho do saber: cultura camponesa e escola rural**. Porto Alegre: sulina, 1999.
- _____. **A educação como cultura**. Campinas, SP; mercado de Letras, 2002.
- _____. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- _____. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BRASIL, MEC: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002.
- CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDART, R. **A escola do campo em movimento**. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.;
- CALDART, R. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. IN: MANÇANO, F.B. **Os campos de pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, M. **Educação do campo e pesquisa**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- CANÁRIO, Rui. **Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas**. In: BARROSO, CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. ed. 34, São Paulo: Duas Cidades, 2001.

- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993.
- DUARTE, Sérgio Guerra, **Dicionário Brasileiro de Educação**/ Sérgio Guerra Duarte. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.
- GATTI, Bernadete e DAVIS, Cláudia. **A dinâmica da sala de aula na escola rural**. in: damasceno Maria n. e Therrie Jacque (coords.). **Educação e escola no campo**. Campinas: papyrus, 1993.
- KNIJNIK, Gelza. (et al) **A educação em tempos de Globalização**. Porto Alegre: DP&A, 1996.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** 16 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LIMA, Moura. **Serra dos Pilões: Jagunços e Tropeiros**. Romance nos Sertões do Jalapão. 3ª ed. Gráfica e Editora Cometa: Gurupi, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **Educação Rural e o Desenraizamento do Educador**. Revista Espaço Aberto, Nº 49, Junho: São Paulo, 2005.
- MICHAELIS: **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia. Melhoramentos, 2000. (Dicionários Michaelis).
- MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MUNARIM, A. **Elementos para uma política de educação do campo**. In: MOLINA, M. **Educação do campo e pesquisa**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- _____ **Para uma análise das instituições escolares**. In NÓVOA, António.(org.). **As Organizações Escolares em Análise**. Lisboa: Dom Quixote, pp.13- 43, 1992.
- OLIVEIRA, Antonio Miranda de. **Aprendendo a plantar espinho: a dimensão educativa da luta pela terra no Assentamento Irmã Adelaide em Miracema -TO**. Programa de Mestrado em Educação Brasileira, Faculdade de Educação da UFG, Goiânia, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997.
- OLIVEIRA, Breno Louzada Castro. **Educação nas ruralidades Jataienses**. IN: PESSOA, Jadir Morais (Org). **Educação e Ruralidades**. Ed. da UFG, Goiânia: 2007, P. 29-65.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. 6. ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1984.
- ROSA, José G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, 5ª.Edição.
- SANTOS, B.S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. João (org.) **O Estudo da Escola**. Porto: Porto Editora, pp. 121-149, 1996.
- SPEYER, Anne Marie. **Educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983.